

# **Demonstrações Financeiras**

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Referentes ao período de 3 de outubro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# **Espírito Santo Saneamento S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9



Shape the future  
with confidence

Iguatemi Business  
Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 900 - Torre 2  
Vila do Golfe  
14027-250 - Ribeirão Preto - SP - Brasil  
Tel: +55 16 3797-5403  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da  
**Espírito Santo Saneamento S.A.**  
Espírito Santo - ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 3 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho da sua operação e o seu fluxo de caixa para o período de 3 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future  
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-027623/F

*Marcos Roberto Sponchiado*  
Marcos Roberto Sponchiado  
Contador CRC SP-175536/O

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>CIRCULANTE</u>			<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	46	Fornecedores	9	960
Aplicações financeiras	6	58.528	Obrigações sociais		145
Outros créditos		256	Obrigações fiscais	10	132
Total do ativo circulante		<u>58.830</u>	Dividendos a pagar	11	101
			Total do passivo circulante		<u>1.338</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>					
Ativo financeiro	7	<u>3.616</u>	Total do passivo		<u>1.338</u>
		3.616			
Imobilizado	8	<u>780</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	12	
		780	Capital social		61.565
Total do ativo não circulante		<u>4.396</u>	Reserva de lucros		323
			Total do patrimônio líquido		<u>61.888</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>63.226</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>63.226</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Demonstração do resultado

Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Período de 03/10/2025 a 31/12/2025
RECEITA LÍQUIDA	13	3.616
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(3.616)
LUCRO BRUTO		-
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	14	(740)
		(740)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(740)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	15	1.355
Despesas financeiras	15	(1)
		1.354
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		614
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	16.1	(190)
		(190)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		424
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	17	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Demonstração do resultado abrangente

Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de 03/10/2025 a 31/12/2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	424
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>424</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

-

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 03 de outubro de 2025							
Lucro líquido do período		-		-	-	424	424
Integralização de capital	12.1	184.695	(123.130)	-	-	-	61.565
Transferência para a reserva legal	12.2	-	-	21	-	(21)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.3	-	-	-	-	(101)	(101)
Transferência para reserva de lucros	12.4	-	-	-	302	(302)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<u><b>184.695</b></u>	<u><b>(123.130)</b></u>	<u><b>21</b></u>	<u><b>302</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>61.888</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Espírito Santo Saneamento S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>31/12/2025</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro operacional antes dos impostos		614
Ajustes para conciliar o lucro operacional antes dos impostos ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação do imobilizado	8	17
Varição nos ativos operacionais:		
Outros créditos		(256)
Varição nos passivos operacionais:		
Fornecedores	9	960
Obrigações sociais		145
Obrigações fiscais		(58)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>1.422</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações financeiras	6	(58.528)
Aquisição de ativo imobilizado	8	(797)
Aquisição de ativo financeiro	7	(3.616)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(62.941)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Integralização de capital	12.1	61.565
Caixa gerado das atividades de financiamento		<u>61.565</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>46</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	46
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>46</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A Espírito Santo Saneamento S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”) é a sociedade de propósito específico constituída pelo Consórcio GS Inima - Forte Ambiental para a execução do Lote A da Parceria Público-Privada (“PPP”) de esgotamento sanitário da Companhia Espírito-santense de Saneamento - Cesan (“Poder Concedente”). A Companhia foi constituída em 03 de outubro de 2025. O contrato administrativo de PPP referente ao Lote A foi formalizado em 31 de outubro de 2025 (Contrato nº 305/2025), tendo sido publicado o extrato em 06 de novembro de 2025. O Lote A abrange 35 municípios do Estado do Espírito Santo e tem por objeto a adequação, ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário, além de serviços de apoio à gestão comercial nas áreas abrangidas. O prazo contratual é de até 25 anos.

O critério de julgamento do certame foi o menor valor por metro cúbico de esgoto tratado, sendo adjudicado o Lote A ao Consórcio GS Inima - Forte Ambiental, que apresentou a proposta vencedora e, posteriormente, firmou o Contrato nº 305/2025 por R\$3.664.254.187,39 (valor de contraprestações ao longo da vida do contrato).

Os serviços e investimentos compreendem, adequação, ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário nos 35 municípios abrangidos ao Lote A. A estimativa de investimento no período contratual pela Companhia é de R\$1.2 bilhões, valor que será destinado aos investimentos que são necessários para cumprimento do contrato de concessão.

A estrutura de risco prevista na modelagem da PPP estabelece que a Concessionária assume riscos operacionais e de desempenho (inclusive de eficiência, disponibilidade e qualidade do serviço), enquanto o Poder Concedente mantém responsabilidades típicas de concessão administrativa. Pagamentos estão condicionados ao alcance de metas e à conformidade ambiental, com mecanismos de abatimento em caso de não cumprimento.

Conforme previsto em contrato, a Concessionária está sujeita a um período de operação assistida imediatamente após a assinatura contratual e início dos procedimentos de mobilização. Esse período teve início em 03 de novembro de 2025 e possui duração de até 6 (seis) meses, com possibilidade de encerramento antecipado caso os requisitos operacionais sejam atingidos antes do prazo máximo. A data prevista de assunção dos serviços é em 01 de abril de 2026.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais**

#### **2.1. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Orientação, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 25 de março de 2026.

#### **2.2. Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.2. Classificação corrente versus não corrente--Continuação**

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### **2.3. Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.3. Mensuração do valor justo--Continuação**

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2.

#### **2.4. Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### **2.4.1. Ativos financeiros**

###### **a) *Reconhecimento inicial e mensuração***

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1. Ativos financeiros--Continuação**

###### **a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação**

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

###### **b) *Mensuração subsequente***

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1. Ativos financeiros--Continuação**

###### **b) *Mensuração subsequente*--Continuação**

###### **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber do ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos.

###### **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)**

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### 2.4.1. Ativos financeiros--Continuação

###### b) *Mensuração subsequente--Continuação*

###### *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)*

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

###### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito e as aplicações financeiras.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1. Ativos financeiros--Continuação**

###### **c) *Desreconhecimento***

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1. Ativos financeiros--Continuação**

###### *d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.2. Passivos financeiros**

###### **a) *Reconhecimento inicial e mensuração***

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

###### **b) *Mensuração subsequente***

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

###### ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado***

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.2. Passivos financeiros--Continuação**

###### **b) *Mensuração subsequente*--Continuação**

###### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação**

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

###### **Passivos financeiros ao custo amortizado**

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.2. Passivos financeiros--Continuação**

###### *c) Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

##### **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### **2.5. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em caixa, contas correntes bancárias e depósitos bancários. Esses saldos estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

#### **2.6. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.7. Fundo restrito**

Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

#### **2.8. Contas a receber**

As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Correspondem a: i) valores a receber dos órgãos competentes relacionados aos serviços prestados de tratamento de esgoto; e ii) valores a receber referente a receitas acessórias e clientes privados.

A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada.

O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.9. Ativo financeiro e ativo de contrato**

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro.

As concessões parciais de esgoto reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

Na Companhia, o ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno do investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como ativo financeiro por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

Os contratos de concessão classificados como ativo financeiro não são amortizados.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.9. Ativo financeiro e ativo de contrato--Continuação**

A Companhia realiza teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros levando em consideração as exposições de crédito para os quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Companhia, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas, indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação e o prazo remanescente do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste de *impairment*, vide nota explicativa nº 8.

#### **2.10. Estoques**

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

#### **2.11. Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 2.11. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado são os seguintes:

<u>Classe de ativos imobilizados</u>	<u>Vida útil</u>
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	2 a 13 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	5 a 10 anos
Veículos	4 a 5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Edificações e benfeitorias	10 a 25 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.12. Intangível**

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo intangível são os seguintes:

<b>Classe de ativos imobilizado</b>	<b>Vida útil</b>
Software	5 a 10 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.12. Intangível--Continuação**

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

#### **2.13. Custo dos empréstimos e financiamentos**

Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

#### **2.14. Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

#### **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### **2.17. Tributos**

##### Lucro real

A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

##### Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.17. Tributos--Continuação**

##### Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.18. Receitas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.18. Receitas--Continuação**

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviço da operação do sistema de tratamento de esgoto e remuneração do ativo financeiro, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente com a emissão da fatura.

Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo:

##### Receitas de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas de serviços de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião do ciclo completo da operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado. Adicionalmente, a Companhia também satisfaz sua obrigação de desempenho por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

##### Receitas de construção

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.18. Receitas--Continuação**

##### Receitas de construção--Continuação

Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

##### Receitas de ativo financeiro

As receitas do ativo financeiro são decorrentes da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis e pelas receitas de concessão.

A atualização das receitas do ativo financeiro é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Companhia iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início de suas operações.

#### **2.19. Resultado financeiro**

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundos restritos, empréstimos e financiamentos.

#### **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025--Continuação**

##### Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

##### Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025--Continuação**

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

##### IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação**

##### IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

##### IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação**

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à *IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação**

##### Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.

As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação**

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais--Continuação

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **3.1. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, não há julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

#### **3.2. Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4.

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

###### *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

#### **3.2. Estimativas e premissas--Continuação**

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

##### *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber--Continuação*

A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 7.

##### Provisão para perdas para contas a receber de ativo financeiro

A provisão para impairment do ativo financeiro é constituída, se necessário, com base em estimativas que levam em consideração: i) a revisão dos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros sujeitos a deterioração/perda (ativos financeiros contratuais da concessão), ii) construção de uma matriz de risco de perda de crédito esperada vitalícia baseada em taxa histórica de inadimplência, risco de crédito da operação, segmento de atuação (setor) e país (região geográfica), iii) definição de uma curva de spread de crédito adequada para os ativos financeiros (contas a receber da concessão), e iv) análise de inadimplência histórica do contas a receber da concessão. A Companhia considerou a abordagem de modelo geral trifásico onde a perda esperada foi calculada com base na fase em que o ativo financeiro se encontra.

##### Tributos diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de impairment do ativo financeiro, provisão para perda de crédito esperada e participação nos lucros. O diferido passivo é sobre atualização IFRIC.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

#### **3.2. Estimativas e premissas--Continuação**

##### Tributos diferidos--Continuação

O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão.

##### Contabilização dos contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

##### Reconhecimento da receita e custos de construção

Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

#### **3.2. Estimativas e premissas--Continuação**

##### Reconhecimento da receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

##### Provisões para ações judiciais

A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada à causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **4. Gestão de riscos**

#### **4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros**

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a receber de ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se à empréstimos e financiamentos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Gestão de riscos--Continuação**

#### **4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação**

##### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros e risco de câmbio.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

##### a) *Risco de taxa de juros*

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Gestão de riscos--Continuação

#### 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação

##### Risco de mercado--Continuação

##### a) *Risco de taxa de juros--Continuação*

##### Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e fundo restrito:

<u>Indicadores</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário II (- 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário III (- 50%)</u>
CDI		14,26% (*)	17,83%	10,70%	21,39%	7,13%
Aplicações financeiras	58.528	66.875	68.962	64.788	71.048	62.701

(\*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI acumulados em 31 de dezembro de 2025)

##### b) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira.

##### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Gestão de riscos--Continuação**

#### **4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação**

##### Risco de mercado--Continuação

##### b) *Risco de câmbio--Continuação*

##### *Risco de crédito--Continuação*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

##### *Risco de liquidez*

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Gestão de riscos--Continuação**

#### **4.2. Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	46
Ativo financeiro	3.616
Outros créditos	<u>256</u>
	3.918
<u>Ativos financeiros por meio do resultado</u>	
Aplicações financeiras	<u>58.528</u>
	<u>58.528</u>
<b>Total do ativo financeiro</b>	<b><u>62.446</u></b>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>	
Fornecedores	(960)
Partes relacionadas e dividendos a pagar	<u>(101)</u>
<b>Total do passivo financeiro</b>	<b><u>(1.061)</u></b>
<b>Ativos e passivos financeiros, líquidos</b>	<b><u><u>61.385</u></u></b>

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Gestão de riscos--Continuação**

#### **4.3. Gestão de capital**

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2025, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(46)
(-) Aplicações financeiras	(58.528)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(58.574)</b>
Patrimônio líquido	<u>61.888</u>
<b>Total do capital</b>	<b><u>3.314</u></b>
<b>Índice de alavancagem</b>	<b><u>(1.667%)</u></b>

### **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2025</u>
Bancos	<u>46</u>
	<b><u>46</u></b>

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2025</u>
Aplicações financeiras	<u>58.528</u>
	<u><b>58.528</b></u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025. A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

### 7. Ativo financeiro

	<u>31/12/2025</u>
Custo do investimento	<u>3.616</u>
Total	<u><b>3.616</b></u>
Ativo circulante	-
Ativo não circulante	<u>3.616</u>
	<u><b>3.616</b></u>

O saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$3.616, representa os custos iniciais do investimento realizados na fase pré-operacional da concessão, reconhecidos conforme o modelo de concessão administrativa do Contrato nº 305/2025. Todo o valor está classificado no ativo não circulante, por se referir a direitos a receber ao longo da vigência contratual. A estimativa de investimento total na concessão conforme nota 1 é de R\$1.2 Bilhões de reais.

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado

<b>Custo</b>	<b>03/10/2025</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2025</b>
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	-	14	14
Móveis e utensílios	-	28	28
Equipamentos de informática	-	665	665
Edificações e benfeitorias	-	90	90
	<u>-</u>	<u>797</u>	<u>797</u>

  

<b>Depreciação</b>	<b>03/10/2025</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2025</b>
Equipamentos de informática	-	(13)	(13)
Edificações e benfeitorias	-	(4)	(4)
	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>(17)</u>

  

<b>Saldo líquido</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>03/10/2025</b>
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	14	-
Móveis e utensílios	28	-
Equipamentos de informática	652	-
Edificações e benfeitorias	86	-
	<u>780</u>	<u>-</u>

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado estão divulgados na nota explicativa nº 2.11.

A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Fornecedores**

	<u>31/12/2025</u>
Fornecedores de materiais	731
Fornecedores de serviços	229
	<u>960</u>

### **10. Obrigações fiscais**

	<u>31/12/2025</u>
IRPJ e CSLL	27
IRRF	1
PIS e COFINS	33
ICMS-Difal	69
Outras obrigações	2
	<u>132</u>

### **11. Partes relacionadas**

	<u>31/12/2025</u>
	Dividendos e JSCP a pagar
	<u>91</u>
GS Inima Brasil Ltda.	10
Forte Ambiental Ltda.	<u>101</u>

Em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia. Estes também não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos.

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Patrimônio líquido

#### 12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$184.695, sendo R\$61.565 integralizado e R\$123.130 a integralizar e, está representado por 184.695 ações ordinárias nominativas, assim distribuído:

	Quantidade de ações integralizadas	Quantidade de ações a integralizar	31/12/2025 Participação direta no capital
GS Inima Brasil Ltda.	55.409	110.817	90%
Forte Ambiental Ltda.	6.156	12.313	10%
	<b>61.565</b>	<b>123.130</b>	<b>100%</b>

Em 03 de outubro de 2025, por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, as acionistas GS Brasil e Forte Ambiental aportaram R\$55.409 e R\$6.156, respectivamente, na presente data e em moeda corrente nacional.

#### 12.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$21.

#### 12.3. Reserva de lucros e lucros acumulados

O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$302 para a conta de reserva de lucros.

#### 12.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$101.

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Receita líquida

	<u>Período de 03/10/2025 a 31/12/2025</u>
<u>Receita bruta</u>	
Serviços de construção (i)	3.616
<b>Receita líquida</b>	<b><u>3.616</u></b>

- (i) As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

### 14. Custos e despesas por natureza

	<u>Período de 03/10/2025 a 31/12/2025</u>
<u>Custo dos serviços prestados</u>	
Serviços de construção	(3.616)
	<b><u>(3.616)</u></b>

	<u>Período de 03/10/2025 a 31/12/2025</u>
<u>Despesas operacionais</u>	
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	
Pessoal	(373)
Serviços de terceiros	(32)
Materiais	(158)
Publicidade e propaganda	(1)
Aluguéis	(11)
Depreciação	(17)
Outras despesas operacionais	(148)
<b>Total das despesas por natureza</b>	<b><u>(740)</u></b>

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Resultado financeiro

	<u>Período de 03/10/2025 a 31/12/2025</u>
<u>Receitas financeiras</u>	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.355
	<u>1.355</u>
<u>Despesas financeiras</u>	
Outras despesas financeiras	(1)
	<u>(1)</u>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b><u>1.354</u></b>

### 16. Imposto de renda e contribuição social

#### 16.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	<u>Período de 03/10/2025 a 31/12/2025</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	614
Alíquota vigente	<u>34%</u>
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	<u>(209)</u>
Ajustes para alíquota efetiva:	
Diferenças permanentes	<u>19</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(190)</u>
Correntes	(190)
Diferidos	<u>-</u>
	<u>(190)</u>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b><u>31%</u></b>

## Espírito Santo Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação:

	Período de 03/10/2025 a 31/12/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	424
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	61.565
<b>Lucro básico por ação</b>	<b>0,01</b>

### 18. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2025:

	Período de 03/10/2025 a 31/12/2025
Dividendos e JSCP propostos e não pagos	101
	<b>101</b>

### 19. Cobertura de seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

## **Espírito Santo Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Período de 03 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **19. Cobertura de seguros--Continuação**

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: risco de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Garantia de contrato	183.213

### **20. Eventos subsequentes**

A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.